

FAMÍLIAS MONOPARENTAIS

Karin Wall

Resumo O principal objectivo do artigo é caracterizar as famílias monoparentais em Portugal, em 2001, e analisar a sua evolução ao longo da última década. Verifica-se um aumento, em termos absolutos e relativos, do número de famílias monoparentais, e um contraste entre um grupo de regiões do litoral sul, nas quais se destacam percentagens elevadas do número de monoparentais com filhos dependentes, e as outras regiões. Tal como no passado, predominam as mães sós e encontra-se um número elevado de pais e mães sós a viver em famílias complexas. No campo das mudanças, identifica-se uma subida nos níveis de educação e um crescimento das pessoas solteiras, a par da diminuição do peso relativo das pessoas viúvas.

Palavras-chave Famílias monoparentais, mudança familiar, estruturas domésticas.

O conceito de “família monoparental” refere-se, em sociologia da família e nos estudos de política social, a uma mãe ou um pai a viver sem cônjuge e com filhos dependentes (crianças ou jovens adultos solteiros), sendo esta a definição encontrada nos estudos sobre o funcionamento e as consequências da monoparentalidade. Por se tratar sobretudo de “mães” sós com crianças, são em geral famílias mais “vulneráveis”, quer no plano económico quer do ponto de vista dos cuidados prestados às crianças, e, por isso, representam em muitos países um alvo privilegiado não só de trabalhos de investigação mas também das políticas públicas de apoio à família.¹

Importa recordar esta definição para sublinhar que, ao contrário da sociologia da família, os dados estatísticos adoptam uma noção de família monoparental mais abrangente. São incluídos nas famílias monoparentais pais e mães sós com filhos de qualquer idade e, também, com situações diversas em termos de estado civil. Assim, nos recenseamentos da população do INE, os núcleos familiares de pais e mães sós incluem filhos de todas as idades: em 1991, apenas os filhos “solteiros”; em 2001 todos os filhos “não casados”, isto é, “os indivíduos que, independentemente da idade ou do estado civil, habitem com um dos pais e não tenham cônjuge ou filhos a viver na mesma residência” (INE, 2001). Assim, o que convém registar é que, ao incluir os filhos divorciados, separados ou viúvos, esta definição alargada de família monoparental abarca situações de monoparentalidade completamente distintas: tanto inclui o caso de uma viúva de 80 anos a viver com o filho viúvo de 50 anos, como o caso de uma mãe divorciada de 30 anos a viver com um filho de três anos.

Com o objectivo de separar estas situações e de poder focar em pormenor as famílias monoparentais de pais e mães sós a viver com filhos dependentes, decidimos

Quadro 1 Famílias monoparentais por idade dos filhos e sexo do pai/mãe só, Portugal 1991 e 2001 (valores absolutos e percentagem)

Núcleos monoparentais	Ano	
	1991	2001
Com filhos de todas as idades		
• no total de núcleos	9,2	11,5
• no total de núcleos com filhos	13,1 (254261)	17,9 (353971)
Pelo menos um filho menor de 18 anos		
• no total de núcleos com filhos	6,8	7,5
• no total de núcleos monoparentais	51,5 (130850)	42,1 (149141)
Por sexo		
• pai com filhos de todas as idades	13,8	13,6
• mãe com filhos de todas as idades	86,2	86,4
• pai com pelo menos um filho menor de 18 anos	11,8	11,5
• mãe com pelo menos um filho menor de 18 anos	88,2	88,5

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

assentar a nossa análise em duas categorias distintas: por um lado, as famílias monoparentais com filhos de todas as idades, por outro, as que vivem com filhos que têm menos de 18 anos. Na última categoria, que designamos de famílias monoparentais “jovens”, podemos supor, com alguma certeza, tratar-se de pais e mães só a viver, maioritariamente, com filhos menores solteiros e dependentes.

No quadro 1 constata-se que as famílias monoparentais no sentido mais lato representam, em 2001, 11,5% do total dos núcleos familiares e 17,9% do total dos núcleos familiares com filhos, observando-se, entre 1991 e 2001, um aumento bastante acentuado do número absoluto e relativo de famílias.² Por sua vez, as

Partimos neste capítulo do conceito de “núcleo” familiar, definido pelo INE como “todo o conjunto de indivíduos residentes numa família clássica, entre os quais existe pelo menos um dos seguintes tipos de relação: casal com ou sem filho(s) não casado(s), pai ou mãe com filho(s) não casado(s), avós com neto(s) não casado(s) e avô ou avó com neto(s) não casado(s). O conceito é muito próximo do conceito de “conjugal unit” utilizado por Laslett para construir os tipos de agregados domésticos (sendo que na definição de Laslett, baseada na existência de um laço conjugal, não se incluem os avós com netos). Assim, é com base nos núcleos familiares que se pode fazer a leitura do tipo de agregado doméstico: de “família simples” quando existe apenas um “núcleo”, de “família alargada” quando se trata de um núcleo e outras pessoas aparentadas, de “família múltipla” quando existem dois ou mais núcleos (ver também nota 3). Do ponto de vista das famílias monoparentais, o conceito de núcleo permite incluir na análise todas os núcleos monoparentais independentemente do tipo de agregado doméstico em que vivem: famílias simples ou com outras pessoas ou núcleos (agregado doméstico de família alargada ou múltipla). Repare-se que no texto de Sofia Aboim sobre a evolução das estruturas domésticas, neste *dossier*, a percentagem que aí encontramos de famílias monoparentais apenas inclui as que vivem sozinhas, deixando de fora todas as que se incluem nos agregados de famílias complexas. Podemos, pois, neste capítulo, olhar de uma forma mais abrangente para as famílias monoparentais.

2 Seguindo a definição de Laslett, incluímos nos “núcleos familiares” todos os núcleos conjugais e

Quadro 2 Agregados domésticos das famílias monoparentais, 1991 e 2001 (valores absolutos e percentagem)

Agregados das famílias monoparentais	Ano censitário e idade dos filhos		
	Filhos de todas as idades		Pelo menos um filho menor de 18 anos
	1991	2001	2001
Famílias simples	69,0 (175381)	71,9 (254505)	60,8 (90674)
Famílias complexas	31,0 (78880)	28,1 (99466)	39,2 (58467)
• alargadas	15,3 (38924)	13,2 (46809)	16,2 (24179)
• múltiplas	15,7 (39956)	14,9 (52657)	23,0 (34288)
Total	100,0 (254261)	100,0 (353971)	100,0 (149141)

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

famílias monoparentais “jovens” representam apenas 6,8% do total dos núcleos familiares com filhos, em 1991, e 7,5%, em 2001, verificando-se um aumento ligeiro, mas menos marcado do que o observado no conjunto das famílias monoparentais. É preciso não esquecer que o aumento das monoparentais, no seu conjunto, está provavelmente sobreavaliado devido à mudança de critérios acima referida, que, em 2001, incluem os filhos viúvos, separados ou divorciados. Pelo contrário, podemos considerar que o aumento das monoparentais “jovens” aponta para um movimento real que não se prende com a mudança de critérios. Por último, é interessante sublinhar que as monoparentais “jovens” representam menos de metade (42%) do total das famílias monoparentais e que, tanto em 1991 como em 2001, são predominantemente famílias de mães só (quadro 1),³ não se vislumbrando, ao longo dos últimos 20 anos, nenhum sinal de mudança a este respeito.⁴ No entanto, quando se consideram os núcleos com filhos de todas as idades, a percentagem de monoparentais masculinas aumenta ligeiramente, passando de 11,5% para 13,6%. É um dado que chama a atenção para o facto de ser mais provável constituir-se uma família monoparental masculina quando os filhos já não são muito pequenos.

Se se olhar agora para os agregados domésticos onde vivem as famílias monoparentais (quadro 2), é interessante observar que, actualmente, apenas 72% destas famílias vivem completamente sozinhas, sem outras pessoas no agregado doméstico. Apesar de este valor ter subido ligeiramente entre 1991 e 2001, apontando para um reforço gradual da autonomia económica e residencial dos

os núcleos de pais com filhos (casal, casal com filhos, pai/mãe com filhos, casal de avós com netos). Ficam excluídos os núcleos de avó/avô com um ou mais netos.

3 Não sabemos, no entanto, como é que foram classificados os casos de “guarda conjunta”.

4 Ver Wall e Lobo (1999), para os dados relativos aos censos anteriores.

Quadro 3 Famílias monoparentais por NUT III, 1991 e 2001 (percentagem)

NUT III	% de monoparentais no total de núcleos com filhos				Diferenças percentuais 2001-1991	
	Filhos de todas as idades		P/ menos um filho <18 anos		Filhos de todas as idades	P/ menos um filho <18 anos
	1991	2001	1991	2001		
Portugal	13,1	17,9	6,8	7,5	4,8	0,7
Minho-Lima	18,9	18,7	9,9	6,8	-0,2	-3,1
Cávado	13,6	14,4	7,3	6,1	0,8	-1,2
Ave	11,3	12,8	5,8	5,2	1,5	-0,6
Grande Porto	13,2	17,9	6,7	7,7	4,7	1,0
Tâmega	10,5	12,0	4,9	4,8	1,5	-0,1
Entre Douro e Vouga	11,0	12,9	5,4	5,2	1,9	-0,2
Douro	13,5	16,0	6,3	5,5	2,5	-0,8
Alto Trás-os-Montes	13,8	17,7	6,3	6,2	3,9	-0,1
Baixo Vouga	12,4	15,9	6,8	7,0	3,5	0,2
Baixo Mondego	12,4	16,9	6,4	6,6	4,5	0,2
Pinhal Litoral	11,9	14,7	6,3	6,4	2,8	0,1
Pinhal Interior Norte	12,3	15,5	5,5	5,4	3,2	-0,1
Dão-Lafões	13,8	15,3	7,4	6,4	1,5	-1,0
Pinhal Interior Sul	14,3	17,5	5,1	4,5	3,2	-0,6
Serra da Estrela	13,5	16,6	6,4	6,3	3,1	-0,1
Beira Interior Norte	12,4	14,6	5,1	4,7	2,2	-0,4
Beira Interior Sul	11,8	15,3	4,9	5,1	3,5	0,2
Cova da Beira	13,0	15,8	6,1	5,3	2,8	-0,8
Oeste	10,7	15,6	5,3	6,8	4,9	1,5
Grande Lisboa	15,3	24,3	8,3	10,8	9,0	2,5
Península de Setúbal	11,9	20,3	7,0	9,8	8,4	2,8
Médio Tejo	11,7	16,0	5,5	6,0	4,3	0,5
Lezíria do Tejo	10,4	16,3	5,2	6,7	5,9	1,5
Alentejo Litoral	11,3	19,4	5,6	7,8	8,1	2,2
Alto Alentejo	10,8	16,7	4,7	6,2	5,9	1,5
Alentejo Central	11,3	16,1	5,1	6,2	4,8	1,1
Baixo Alentejo	11,7	17,8	4,8	6,3	6,1	1,5
Algarve	12,7	21,8	6,7	10,1	9,1	3,4
Açores	12,3	16,6	6,3	7,2	4,3	0,9
Madeira	19,5	22,8	9,7	9,3	3,3	-0,4
Desvio-padrão das médias globais	1,7	2,6	1,3	1,6	—	—

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

pais e das mães sós, o que importa salientar neste quadro é a manutenção, em 2001, de uma proporção elevada de famílias monoparentais (28%) a viver em agregados de famílias complexas. Note-se, também, que nas monoparentais “jovens” esta tendência é muito mais acentuada. Uma proporção elevada (39%) vive com outras pessoas, sendo também mais marcada a co-residência com outros núcleos (família múltipla), o que nos leva a concluir que em muitas destas famílias existe uma forte dependência, económica, social e/ou residencial dos familiares mais próximos.

Quanto à distribuição territorial das famílias monoparentais, ressalta num

primeiro olhar (quadro 3), a imagem de um país bastante homogéneo do ponto de vista da presença de famílias monoparentais. Existe em todas as regiões do país uma proporção bastante elevada de famílias monoparentais. No entanto, um olhar mais atento permite salientar alguns contrastes importantes que marcam hoje a paisagem da monoparentalidade em Portugal. O valor mais baixo e o mais elevado são, numa primeira aproximação, um bom exemplo dos contrastes. Em 2001, a região da Grande Lisboa sobressai com os valores mais elevados, tanto de famílias monoparentais no seu conjunto (24,3%) como de monoparentais “jovens” (10,8%), enquanto no pólo oposto se destacam duas regiões: o valor mais baixo de famílias monoparentais com filhos de todas as idades encontra-se na região do Tâmega, no Norte (12,0%, metade do valor encontrado na Grande Lisboa); e o valor mais baixo de monoparentais “jovens” (4,5%, menos de metade do valor encontrado na Grande Lisboa) na região do Pinhal Interior Sul, no centro interior. Por outro lado, é importante registar que a variação à volta da média aumentou ligeiramente entre 1991 e 2001 (quadro 3), passando, para todas as famílias monoparentais, de um desvio-padrão de 1,7 para 2,6, o que sugere que estamos perante cenários regionais de vida familiar que, ao longo da última década, evoluíram de forma algo diferenciada.

Os dados seguintes permitem uma leitura mais fácil dos contrastes regionais actuais. Se focarmos as famílias monoparentais “jovens”, podemos distinguir quatro grupos de regiões (figura 1 e quadro 4).⁵ O contraste mais notável existe entre um grupo de regiões do litoral sul (Lisboa, Setúbal, Algarve), bem como na Madeira, onde se destacam proporções muito elevadas de famílias monoparentais “jovens”, e um grupo de regiões ao Norte e ao Centro, que começa no Baixo Minho (Ave), passa pelo Douro e desce até ao Pinhal e às Beiras Interiores, com percentagens francamente baixas de monoparentais “jovens”. Apesar de estarem no mesmo grupo, isso não significa que os baixos valores se associem necessariamente a processos idênticos de mudança. Com efeito, se nas regiões do interior se pode supor que é sobretudo o envelhecimento da população e a diminuição generalizada dos casais com filhos a actuar sobre o número de monoparentais “jovens”, nas regiões mais próximas do litoral podemos atribuir os valores baixos à influência do peso preponderante dos núcleos de casais com filhos e à baixa incidência do divórcio e da união de facto. Entre estes dois grupos, encontram-se outros dois que seguem, um pouco à distância, os traços deste primeiro contraste regional. Ao longo do litoral, nas zonas urbanas e periurbanas, onde se concentram muitas famílias activas com filhos, e onde a taxa de divórcio é elevada (embora sem atingir os níveis mais elevados da área metropolitana de

5 A identificação dos diferentes perfis regionais, na distribuição, em 2001, das famílias monoparentais com pelo menos um filho menor de 18 anos, foi conseguida através de uma análise da variação regional deste indicador. Num primeiro momento construiu-se uma base de dados ao nível das NUT III, perfazendo assim um total de 30 casos, para os quais se indicaram as percentagens de núcleos monoparentais com filhos menores de 18 anos. Num segundo momento procedeu-se a uma análise hierárquica de *clusters* que nos permitiu agrupar as 30 regiões de acordo com critérios de proximidade entre os vários indicadores. A mesma base de dados e os mesmos procedimentos estatísticos serviram ainda para identificar diferentes perfis de evolução da monoparentalidade entre 1991 e 2001, resultados que se encontram apresentados no quadro 4.



Figura 1 Distribuição regional das famílias monoparentais com pelo menos um filho menor de 18 anos, 2001
Fonte: INE, Censo 2001.

Lisboa e do Algarve), encontramos uma proporção média-alta (6,5% a 8%) de monoparentais “jovens”; o Alentejo Litoral e os Açores juntam-se, também, a este grupo. Pelo contrário, as outras regiões da faixa interior do país, incluindo o Alentejo Interior, aproximam-se do grupo de regiões com proporções mais baixas de famílias monoparentais “jovens”.

A análise das diferenças regionais do ponto de vista da sua evolução ao longo da última década permite acrescentar alguns elementos adicionais de interpretação (quadro 4). Destacam-se quatro principais perfis de mudança. As regiões do sul, caracterizadas por proporções muito elevadas de famílias monoparentais (Lisboa, Setúbal, Algarve), são também aquelas onde se deu um “aumento expressivo” de ambos os tipos de monoparentalidade. Um perfil próximo, de “algum aumento” de ambos os tipos, associa-se a algumas regiões com proporções “médias-altas” (centros urbanos — Baixo Mondego e Grande Porto — e regiões do Vale do Tejo) e, curiosamente, também inclui todas as outras regiões do Alentejo. Em suma, do ponto de vista das regiões que evoluíram, entre

Quadro 4 Variação regional e perfis de evolução das famílias monoparentais por grupos de regiões NUT III, 1991 e 2001 (percentagem e diferença entre percentagens)

	Núcleos monoparentais (%) ¹	Variação regional				
		Total	Baixa (4,5% a 5,5%)	Média-baixa (6,0% a 6,4%)	Média-alta (6,5% a 8,0%)	Alta (> 9,0%)
	NUT III	Portugal	Ave Tâmega Entre Douro e Vouga Douro Pinhal Interior Norte Pinhal Interior Sul Beira Interior Norte Beira Interior Sul Cova da Beira	Cávado Alto Trás-os-Montes Pinhal Litoral Dão-Lafões Serra da Estrela Médio Tejo Alto Alentejo Alentejo Central Baixo Alentejo	Minho-Lima Grande Porto Baixo Vouga Baixo Mondego Oeste Lezíria do Tejo Alentejo Litoral Açores	Grande Lisboa Peníns. Setúbal Algarve Madeira
2001	Pelo menos um filho menor de 18 anos	7,5	5,1	6,2	7,1	10,0
	Filhos de todas as idades	17,9	14,9	17,5	16,8	18,6
1991	Pelo menos um filho menor de 18 anos	6,8	5,5	6,0	6,5	7,9
	Filhos de todas as idades	13,1	12,4	13,0	12,3	12,5
	Δ 2001-1991 na % de núcleos monoparentais	Perfis de evolução				
		Total	Estabilidade	Algum aumento das famílias com filhos mais velhos	Algum aumento de ambas	Aumento expressivo de ambas
	NUT III	Portugal	Ave Beira Interior Norte Cávado Cova da Beira Dão-Lafões Douro Entre Douro e Vouga Minho-Lima Tâmega	Alto Trás-os-Montes Baixo Vouga Beira Interior Sul Madeira Pinhal Interior Norte Pinhal Interior Sul Serra da Estrela	Açores Alentejo Central Alto Alentejo Baixo Alentejo Baixo Mondego Grande Porto Lezíria do Tejo Médio Tejo Oeste	Alentejo Litoral Algarve Grande Lisboa Península de Setúbal
Δ 2001-1991	Pelo menos um filho menor de 18 anos	0,4	-0,9	-0,1	1,0	2,7
	Filhos de todas as idades	4,0	1,6	3,3	5,0	8,7

Nota: 1) Percentagens calculadas sobre o total de núcleos com filhos.

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

1991 e 2001, no sentido de um aumento global da monoparentalidade (ambos os tipos), podemos dizer que o sul e os grandes centros urbanos se destacam do resto do país (os Açores também se incluem neste perfil). As restantes regiões caracterizam-se quer por um perfil de “estabilidade”, quer por um perfil associado

Quadro 5 Famílias monoparentais por idade dos filhos, sexo e estado civil do pai/mãe só, 1991 e 2001 (percentagem em coluna)

Estado civil	Idade dos filhos					
	Com filhos de todas as idades			Com filhos menores de 18 anos		
	1991	2001		1991	2001	
Solteiro	9,9	14,3		14,4	25,9	
Casado/separado/divorciado	37,9	40,4		55,5	57,6	
• casado	1,0	8,1		1,6	11,8	
• separado/divorciado	36,9	32,3		53,9	45,8	
Viúvo	52,2	45,3		30,1	16,5	
	Sexo do pai/mãe só com filhos menores de 18 anos					
	1991			2001		
	Pai com filhos	Mãe com filhos	Todos	Pai com filhos	Mãe com filhos	Todos
Solteiro	11,8	14,8	14,4	22,8	26,3	25,9
Casado/separado/divorciado	51,7	55,9	55,5	55,5	57,9	57,6
• casado	2,9	1,3	1,5	12,8	11,7	11,8
• separado/divorciado	48,8	54,6	53,9	42,8	46,2	45,8
separado	28,7	32,7	32,2	16,7	15,4	15,5
divorciado	20,1	21,9	21,7	26,1	30,8	30,3
Viúvo	36,5	29,3	30,1	21,7	15,8	16,5

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

ao aumento das monoparentais com filhos mais velhos. Sobressaem, neste último, as regiões do interior (Norte e Centro).

Olhar para a diferenciação interna das famílias monoparentais, por estado civil, nível de instrução ou condição perante o trabalho, é uma outra forma de apreender sinais de mudança. Focando em primeiro lugar o estado civil, convém analisar o peso relativo, nas famílias monoparentais, das pessoas solteiras, viúvas, separadas ou divorciadas. O quadro 5 é revelador tanto de continuidades como de mudanças. Assim, e no âmbito das continuidades, destaca-se a estabilidade, nas famílias monoparentais com filhos de todas as idades, do peso relativo das diferentes categorias: predomina o grupo das monoparentais de viúvos/as, que representam quase metade do total, seguido pela categoria dos que viveram em casal (casados de direito) e depois se separaram ou divorciaram e, por último, um grupo minoritário de pessoas solteiras.⁶ Nota-se, apesar de tudo, que a monoparentalidade “tradicional” (dos viúvos/as) diminuiu um pouco em termos relativos, aumentando, por outro lado, as proporções das outras duas categorias, sobretudo a proporção relativa das pessoas solteiras.

Esta mudança é muito mais acentuada no caso das famílias monoparentais “jovens”. Aí, tal como no passado recente, predominam as pessoas que se divorciaram ou estão a separar-se, mas invertem-se por completo os lugares relativos das pessoas solteiras e viúvas. Enquanto em 1991 as monoparentais de pessoas solteiras apenas representavam 14% e as de pessoas viúvas quase um terço do total (30%), em 2001 são as monoparentais de pessoas solteiras que atingem

mais de um quarto do total (26%) e as de pessoas viúvas ficam nos 17%. Além disso, convém salientar que as pessoas solteiras aumentaram tanto nos pais como nas mães sós (quadro 5).

São resultados que apontam para uma transformação significativa nas situações de monoparentalidade. Entre 1981 e 1991, a mudança mais visível tinha sido o aumento percentual das monoparentais de pessoas separadas e divorciadas, estabelecendo-se uma relação clara com o aumento contínuo do divórcio no pós-25 de Abril (Wall e Lobo, 1999). Na última década, esta relação continua a ser importante, mas surge agora uma nova tendência associada ao aumento das monoparentais de pessoas solteiras. Ora, do ponto de vista da formação da família monoparental, as pessoas solteiras podem ter dois tipos de trajectória familiar. Uma trajectória de “mãe celibatária”, tratando-se aí de mães solteiras que tiveram um filho fora do casamento sem nunca chegar a viver em casal, ou, pelo contrário, uma trajectória centrada na “conjugalidade de facto”, tratando-se nesse caso de pais ou mães sós que viveram em união de facto, tiveram um filho que nasceu “fora do casamento” e se separaram.⁷ O aumento das monoparentais de pessoas solteiras poderá estar ligado a ambos os tipos de trajectória. No entanto, na medida em que a análise sociográfica estabelece, para os últimos anos, uma relação estreita entre o crescimento dos nascimentos fora do casamento e a união de facto (Moura Ferreira e Aboim, 2002), podemos apontar aqui para uma provável relação entre o aumento das uniões de facto em Portugal e o peso crescente dos pais e das mães solteiras.

Por último, e indo ao encontro desta interpretação, verifica-se que são sobretudo as regiões do sul (figura 2), com percentagens actuais elevadas de coabitação, que se destacam também do ponto de vista de um aumento acentuado, entre 1991 e 2001, das mães solteiras com pelo menos um filho menor de 18 anos (taxa de variação real de 152,3).⁸ Repare-se, no entanto, que este aumento, mais ou menos intenso segundo as regiões, percorre o país inteiro, sugerindo uma transformação generalizada das formas de entrada na monoparentalidade, agora mais ligadas, ao que tudo indica, à informalidade crescente dos laços conjugais.

6 A proporção de pessoas casadas também aumentou. O INE costuma interpretar a existência de pessoas “casadas” nos núcleos monoparentais dizendo que “estas situações se devem a incoerências não tratadas entre o estado civil “de facto” e “de direito”. Em 1981 representavam proporções bastante elevadas — 20% das mães sós e 11% dos pais sós — (Wall e Lobo, 1999: 132), em 1991 desceram abruptamente e agora voltamos a encontrar proporções mais elevadas. É difícil, por isso, atribuir um significado preciso a este aumento. Pode dever-se apenas a diferenças de preenchimento (as pessoas que estão separadas mas ainda têm o estado civil de “casado” podem ser consideradas na categoria dos “casados” ou na categoria dos “separados”) ou pode atribuir-se a um aumento real das situações de pessoas que se separaram há pouco tempo e ainda estão “casadas”; podia, também, pensar-se em pessoas “casadas” que não residem permanentemente com o cônjuge. No entanto, dadas as oscilações ao longo dos três últimos censos, parece-nos mais provável que corresponda a um problema de classificação.

7 Sobre as trajectórias das mães sós, ver Wall, São José e Correia (2002).

8 Foi calculada para cada NUT III a variação real do número de efectivos entre 1991 e 2001, para os núcleos de mães solteiras com pelo menos um filho menor de 18 anos. A taxa de variação para o país é de 103,2. Nas regiões com “pouco aumento” a taxa de variação é de 63,8, nas regiões de “algum aumento” é de 83,4, nas regiões de “aumento médio” é de 105,1 e nas regiões de “muito aumento” é de 152,3.

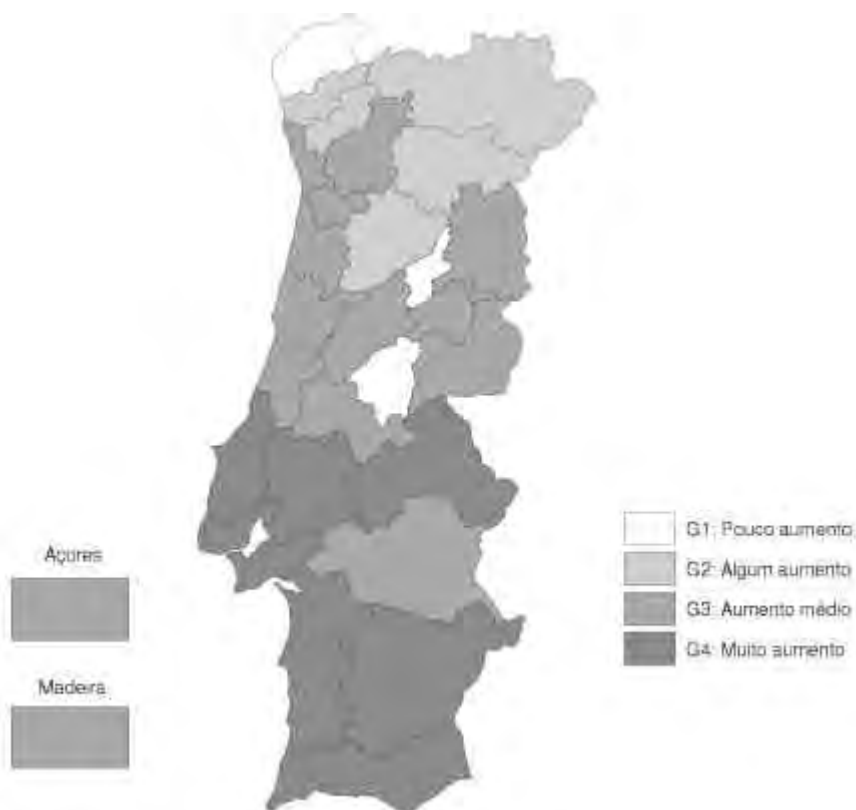


Figura 2 Distribuição regional da taxa de variação das mães solteiras com pelo menos um filho menor de 18 anos, 2001

Fonte: INE, Censo 2001.

No que toca aos níveis de instrução e à condição perante o trabalho, também encontramos cenários de alguma transformação. Olhando para as monoparentais “jovens”, constata-se que, no contexto de um aumento global nos níveis de instrução na sociedade portuguesa, as famílias monoparentais com crianças possuem hoje um perfil educacional bastante mais elevado (quadro 6). Tal como em 1991, predominam as monoparentais com um nível de instrução ligado ao ensino básico (61,7%) mas nota-se uma diminuição marcada das situações sem nenhum grau de ensino (que passa de 8% para 3%) e um aumento acentuado das situações em que os pais e mães só possuem o ensino secundário, um curso médio ou uma licenciatura. Comparando com 1991, a diferença é enorme: há uma década apenas uma família monoparental em oito tinha um nível de educação acima do ensino básico; em 2001 uma em três tem um nível de educação acima do ensino básico e uma em dez possui um curso superior.

O sexo e o estado civil, mas mais a última do que a primeira variável, têm

Quadro 6 Famílias monoparentais com pelo menos um filho menor de 18 anos, por sexo e estado civil, segundo o grau de ensino do representante, 1991 e 2001 (percentagem em coluna)

Grau de ensino	Ano									
	1991					2001				
	Sexo					Sexo				
	pais		mães		todos	pais		mães		todos
Nenhum	8,5	8,2	8,3	3,9	2,5	2,7				
Básico 1º ciclo	53,9	52,0	52,2	39,0	31,4	32,3				
Básico 2º/3º ciclo	19,2	21,8	21,5	27,9	29,6	29,4				
Secundário	9,2	9,4	9,4	18,7	22,1	21,8				
Médio/bacharelato	2,0	2,6	2,5	3,1	4,1	3,9				
Licenciatura ou mais	7,2	6,0	6,1	7,4	10,3	9,9				
	Estado civil					Estado civil				
	solteiro	casado	viúvo	divorciado	separado	solteiro	casado	viúvo	divorciado	separado
Nenhum	7,2	4,6	18,1	1,8	4,1	3,3	2,9	6,0	0,8	1,8
Básico 1º ciclo	47,6	52,2	63,9	35,2	54,8	26,8	37,4	54,1	23,6	31,5
Básico 2º/3º ciclo	29,4	25,6	10,5	26,5	24,6	33,6	31,4	22,5	27,6	31,3
Secundário	9,9	9,1	3,7	17,7	8,9	25,5	16,8	10,4	26,4	22,3
Médio/bacharelato	1,8	2,1	1,5	4,9	2,3	2,9	3,5	2,4	6,0	3,6
Licenciatura ou mais	4,1	6,4	2,3	13,9	5,3	7,9	8,0	4,6	15,6	9,5

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

algum impacte nos níveis de instrução. Em relação à diferença nos níveis de educação dos pais e das mães sós, é curioso observar que em 2001, ao contrário de 1991, são as mães sozinhas que têm um perfil de qualificação educacional ligeiramente superior ao dos homens (quadro 6): 37% das mães, mas apenas 29% dos pais, possuem um nível de ensino secundário ou superior. Por outro lado, a influência do estado civil é bastante marcada, registando-se alguma relação entre situações socioeducacionais e trajetória de entrada na monoparentalidade (quadro 6). Com efeito, 22% das pessoas divorciadas, mas apenas 13% das separadas, 11% das casadas e das solteiras, e 7% das viúvas, têm um nível de instrução superior ao ensino secundário. As mães e os pais sós viúvos são, claramente, os que têm os níveis de qualificação mais baixos, uma situação que se prende em larga medida, como se viu em análises anteriores, com a idade mais elevada das monoparentais de pessoas viúvas: 6% não tem nenhum nível de ensino e 54% possui apenas o 1.º ciclo do ensino básico, enquanto as mães e os pais sós casados, separados e solteiros se encontram mais próximos dos valores médios. Curiosamente, as monoparentais de pessoas solteiras também têm níveis de instrução muito próximos dos valores médios, apresentando assim um perfil social que contradiz parcialmente uma representação que associa as famílias monoparentais de pessoas solteiras a meios sociais desfavorecidos do ponto de vista educacional e socioeconómico.

No que toca à condição perante a actividade económica, importa sublinhar,

Quadro 7 Famílias monoparentais e casais com pelo menos um filho menor de 20 anos, por condição perante a actividade económica, 2001 (percentagem)

Núcleos familiares	Condição perante a actividade económica		
	Empregado	Inactivo/desempregado	Total
Mãe com filhos	72,5	27,5	100,0
Mulher em casal com filhos	68,7	31,3	100,0
Pai com filhos	78,5	21,5	100,0
Homem em casal com filhos	90,7	9,3	100,0

Fonte: INE, Censo 2001.

em primeiro lugar, que as famílias monoparentais “jovens” têm uma taxa de emprego bastante elevada: 73% das mães sós e 79% dos pais sós estão empregados (quadro 7). Repara-se, depois, que o significado desta taxa de emprego adquire contornos mais claros quando a comparamos com a taxa de emprego das mães e dos pais que vivem em famílias de casais com filhos. Verifica-se, então, que as mães sozinhas participam mais no mercado de trabalho do que as mães a viver em casal. Em contrapartida, os pais sozinhos participam muito menos no mercado de trabalho do que os homens a viver em casal. Em suma, o género, associado ao tipo de família, parece marcar de forma diferenciada a actividade dos homens e das mulheres que têm filhos. Se no caso das mulheres com filhos a monoparentalidade estimula um aumento da participação no mercado de trabalho, no caso dos homens com filhos a monoparentalidade associa-se a uma menor participação no mercado de emprego, indiciando, eventualmente, nalgumas famílias de homens sós com filhos, a existência de situações de vulnerabilidade económica e habitacional.

Analisando a influência do estado civil na condição perante a actividade económica, é interessante constatar que a variável tem algum impacte na participação dos pais sós no mercado de trabalho, notando-se uma taxa de emprego menos elevada nos pais sós solteiros e viúvos (quadro 8). Por outro lado, nas famílias de mães sozinhas a influência da variável é ainda mais visível. Assim, as mães separadas e as divorciadas estão mais inseridas no mercado de trabalho (respectivamente, 78% e 84% estão empregadas) do que as mães sós viúvas (62%) ou as mães sós solteiras (69%). A menor participação das mães sós solteiras poderá estar relacionada com a situação socioprofissional e familiar destas monoparentais. Embora algumas mães solteiras sejam actualmente mulheres menos jovens com alguma autonomia económica e profissional (tendo algumas vivido em união de facto), sabemos que muitas mães solteiras são jovens sem autonomia económica (Wall, São José e Correia, 2002). São por isso acolhidas num “casulo” familiar, residindo com familiares e recebendo o seu apoio. Os dados do último censo confirmam, aliás, esta tendência das monoparentais “jovens” de pessoas solteiras para viverem em “casulo familiar”, ou seja, num agregado doméstico de família complexa. No quadro 8 podemos ver que as pessoas solteiras são as únicas que vivem maioritariamente em agregados domésticos complexos (59%) e que as famílias tendem a ser “múltiplas”, isto é, compostas por pelo menos dois núcleos, sabendo-se também que isso significa

Quadro 8 Famílias monoparentais com pelo menos um filho menor de 18 anos, por condição perante a actividade económica, sexo e tipo de agregado, segundo o estado civil do pai/mãe só, 1991 e 2001 (percentagem)

	Estado civil	Condição perante a actividade económica					
		Mãe com filhos			Pai com filhos		
		Empregada	Inactiva/ /desempregada	Total	Empregado	Inactivo/ /desempregado	Total
1991	Total	64,6	35,4	100,0	79,0	21,0	100,0
	Solteiro	67,1	32,9	100,0	77,6	22,4	100,0
	Casado	54,6	45,4	100,0	78,5	21,5	100,0
	Viúvo	51,4	48,6	100,0	72,9	27,1	100,0
	Separado	63,8	36,2	100,0	83,3	16,7	100,0
	Divorciado	82,1	17,9	100,0	84,9	15,1	100,0
2001	Total	73,1	26,9	100,0	79,4	20,6	100,0
	Solteiro	69,3	30,7	100,0	73,8	26,2	100,0
	Casado	61,2	38,8	100,0	81,2	18,8	100,0
	Viúvo	62,2	37,8	100,0	76,8	23,2	100,0
	Separado	78,3	21,7	100,0	82,0	18,0	100,0
	Divorciado	83,7	16,3	100,0	83,7	16,3	100,0
	Estado civil	Tipo de agregado				Total	
		Família simples	Família complexa				
			Alargada	Múltipla	Total		
2001	Total	60,8	16,2	23,0	39,2	100,0	
	Solteiro	41,1	20,9	38,0	58,9	100,0	
	Casado	60,0	15,8	24,2	40,0	100,0	
	Viúvo	74,0	13,9	12,1	26,0	100,0	
	Separado	63,9	13,8	22,3	36,1	100,0	
	Divorciado	69,2	14,8	16,0	30,8	100,0	

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

quase sempre a co-residência da família monoparental com “os pais” da mãe ou do pai sozinho (Wall e outros, 2001). Embora a co-residência possa favorecer a entrada no mercado de trabalho, na medida em que os cuidados à criança são apoiados pelos avós, este tipo de situação familiar também conduz, com alguma frequência, a um adiamento da entrada no mercado de trabalho, podendo haver, por exemplo, algum encorajamento por parte da família para que o pai ou a mãe termine os estudos ou uma formação em curso.

Conclusão

O principal objectivo deste trabalho exploratório foi caracterizar as famílias monoparentais em 2001, e captar, nas suas grandes linhas, a evolução deste tipo de família em Portugal na última década. Podemos sublinhar, a título de conclusão,

três aspectos principais do perfil actual das famílias monoparentais em Portugal e da sua evolução nos últimos anos.

Regista-se, em primeiro lugar, um aumento considerável das famílias monoparentais entre 1991 e 2001, mas este crescimento está sobreavaliado devido à mudança de critérios no último censo. Porém, se isolarmos as famílias monoparentais com filhos menores de 18 anos, onde a comparabilidade entre os dois censos é possível de estabelecer, o aumento apresentado é menos acentuado, passando-se, em números relativos, de uma percentagem de 6,8 para 7,5 do total de famílias com filhos.

Ao crescimento “modesto” do número de famílias monoparentais veio juntar-se, em segundo lugar, uma menor uniformização do território português. Nota-se, em 2001, no que diz respeito às famílias monoparentais “jovens”, que as regiões do litoral sul se destacam com as percentagens mais altas de pais e mães sós com filhos dependentes, recordando mais uma vez a velha clivagem entre o sul e o norte. No entanto, quando se olha para o conjunto do país, o contraste mais nítido que surge agora não é entre o norte e o sul mas antes entre o litoral mais urbanizado — que vai do Algarve até ao Grande Porto — e o resto do país, embora esta última mancha, caracterizada por valores francamente baixos de famílias monoparentais “jovens”, não seja homogénea do ponto de vista dos perfis de evolução 1991-2001. Registam-se dois tipos de trajectória. Por um lado, um grupo de regiões do interior mais “envelhecidas”, onde a principal característica é o crescimento das famílias monoparentais com filhos mais velhos; por outro lado, um grupo de regiões, situadas no Norte e Centro à volta de zonas mais urbanas ou formando ilhas no interior mais envelhecido (Cova da Beira), onde se regista um perfil de alguma “estabilidade”. Curiosamente, as regiões dos Açores e da Madeira revelam perfis distintos, a primeira aproximando-se do perfil de evolução das regiões do litoral urbanizado do continente (“algum aumento de ambas as categorias de monoparentais”), a segunda com um perfil específico no contexto nacional: na Madeira as monoparentais “jovens” estão “estáveis” mas, ao contrário das regiões do continente com características de alguma “estabilidade”, esta região tinha e tem uma proporção muito elevada de monoparentais “jovens”.

Um terceiro aspecto prende-se com a diversidade interna das famílias monoparentais. No campo das continuidades, importa referir que a repartição por sexo não sofreu nenhuma alteração, predominando sempre, no passado e no presente, as famílias monoparentais de mães sós. Por outro lado, mantém-se uma tendência acentuada para a co-residência em agregados domésticos de famílias complexas, denotando-se aqui, em particular nas famílias monoparentais com crianças, uma possível vulnerabilidade económica e/ou residencial. No campo das mudanças são também várias as alterações registadas. A primeira, e talvez a mais surpreendente, diz respeito ao crescimento, em termos absolutos e relativos, das famílias monoparentais de pessoas solteiras, tendo sido avançado, como explicação mais provável, o aumento dos nascimentos fora do casamento no contexto das uniões de facto. É um perfil de evolução que aproxima Portugal das formas de monoparentalidade (assentes em percentagens elevadas de pessoas solteiras) existentes há algumas décadas na maior parte dos países da União

Europeia.⁹ Uma outra transformação tem a ver com a subida dos níveis de instrução das famílias monoparentais. As famílias monoparentais de pessoas divorciadas continuam a ter os níveis de educação (e de actividade profissional) mais elevados, mas nota-se um aumento acentuado, para todas as famílias monoparentais, das situações em que as mães ou os pais sós possuem um nível de educação acima do ensino básico: uma em três em 2001 (apenas uma em oito em 1991).

Por último, vale a pena sublinhar, a título de comentário final, que, no contexto dos países da União Europeia, Portugal continua a apresentar uma percentagem de famílias monoparentais com filhos dependentes um pouco abaixo da média europeia (Chambaz, 2000), embora ligeiramente acima dos outros países da Europa do sul, que apresentam proporções ainda mais baixas. Portugal destaca-se também, juntamente com os países da Europa do sul, por uma percentagem elevada de famílias monoparentais a viver em agregados domésticos de família complexa. É uma característica que, como se verificou na nossa análise, pouco se tem alterado, e que revela, em geral, uma maior vulnerabilidade das famílias monoparentais nestes países.

Referências bibliográficas

Livros e artigos científicos

- Chambaz, C. (2000), "Les familles monoparentales en Europe: des réalités multiples", *Études et Résultats*, 66, Paris, Ministère de l'Emploi et de la Solidarité/DREES, pp. 1-8.
- Moura Ferreira, P., e S. Aboim (2002), "Modernidade, laços conjugais e fecundidade: a evolução recente dos nascimentos fora do casamento", *Análise Social*, 163, pp. 411-446.
- Wall, K., e C. Lobo (1999), "Famílias monoparentais em Portugal", *Análise Social*, 150, pp. 123-145.
- Wall, K., S. Aboim, V. Cunha e P. Vasconcelos (2001), "Families and informal support networks in Portugal", *Journal of European Social Policy*, 3, pp. 213-233.
- Wall, K., J. São José, e S. Correia (2002), "Mães sós e cuidados às crianças", *Análise Social*, 163, pp. 631-663.

9 Dados do European Community Household Panel (Chambaz, 2000) mostram que os países do centro e do norte da Europa têm percentagens elevadas, nas famílias monoparentais com filhos menores de 25 anos, de pessoas solteiras, sendo esta a segunda categoria mais importante, do ponto de vista do estado civil, a seguir à grande categoria das pessoas separadas/divorciadas/casadas. As percentagens de pessoas solteiras representam, em muitos países, cerca de um quarto das famílias monoparentais (25% no Reino Unido, 26% em França e na Áustria, 27% na Finlândia) ou mesmo um terço do total (34% na Dinamarca).

Documentos electrónicos

INE (2001), "Unidades estatísticas e variáveis a observar nos Censos 2001", em www.ine.pt/censos2001/organizacao/progglobfamenucleo.asp (Novembro 2002).

Karin Wall. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
E-mail: karin.wall@ics.ul.pt